

# ABORDAGEM SOCIETÁRIA E GERENCIAL DE UTILIZAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS E DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA NO PROCESSO DECISÓRIO EMPRESARIAL

## *CORPORATE AND MANAGERIAL APPROACH OF THE USE OF DEMONSTRATION OF SOURCES, THE USE OF RESOURCE APPLICATIONS, AND CASH FLOW DEMONSTRATION IN THE PROCESS OF BUSINESS DECISION*

Gideon Carvalho de BENEDICTO<sup>1</sup>  
Joubert da Silva Jerônimo LEITE<sup>2</sup>

### RESUMO

*A Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR e a Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC têm papel relevante no processo de comunicação da Contabilidade para os usuários de informações econômico-financeiras. Por terem características próprias, atendem a esses usuários em estágios diferentes de seu conhecimento relacionado com tais informações e por isso estas demonstrações contábeis são necessárias e relevantes no processo decisório empresarial por proporcionarem uma maior abrangência na análise e interpretação do desempenho econômico-financeiro de uma empresa.*

**Palavras-chave:** *Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos – DOAR; Demonstração dos Fluxos de Caixa – DFC; Origens e Aplicações de Recursos; Capital Circulante Líquido; Fluxo de Caixa; Atividades Operacionais, de investimentos e financiamentos.*

### ABSTRACT

*The demonstration of the origins of resources and applications (DOAR) and the demonstration of Cash Flows – DFC - plays a relevant role in the communication*

---

<sup>(1)</sup> Doutor em Controladoria e Contabilidade pela FEA/USP, Diretor da Faculdade de Ciências Contábeis da PUC-Campinas e Professor do Curso de Mestrado em Administração do Centro UNISAL.

<sup>(2)</sup> Mestre em Controladoria e Contabilidade Estratégica pela FACESP/FECAP, Pós-Graduado em Contabilidade, Auditoria e Controladoria pela PUC-Campinas, Professor do Centro de Economia e Administração da PUC-Campinas, Coordenador e Professor dos Cursos de Pós-Graduação em Auditoria e Controladoria e Graduação em Ciências Contábeis das FACULDADES HOYLER-Hortolândia, Consultor de Empresas.

*process of Accounting for the users of economic and financial data. Because of its unique characteristics, they help users in different levels of knowledge related to such data, making these accounting statements, therefore, necessary and relevant in the business decision process, as they provide a larger analysis and interpretation of the economic and financial development of a company.*

**Key Words:** *demonstration of Sources and Resources Applications; Cash Flows Demonstration; Sources and Resources Applications; Remaining Floating Capital; Cash flow; Operational Activities, Investments and Financings.*

## 1. ASPECTOS INTRODUTÓRIOS

As Demonstrações Contábeis como formas de evidenciação contábil têm a finalidade de transmitir aos seus usuários informações sobre a situação financeira e patrimonial da entidade. Assim, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR e a Demonstração dos Fluxos de Caixa—DFC acabam tendo participação relevante no processo de análise da situação econômico-financeira da empresa, auxiliando na tomada de decisão de seus gestores e investidores, por meio de uma avaliação da geração de caixa.

Dessa forma, os principais objetivos deste artigo são:

- evidenciar as características qualitativas da informação econômico-financeira que são a base para sua divulgação;
- discorrer sobre o processo comunicativo da DOAR e DFC, abordando seus aspectos societários e gerenciais, corroborados por um estudo de caso e uma visão internacional sobre cada uma delas;
- comparar as possíveis vantagens e desvantagens de divulgação dessas demonstrações contábeis.

## 2. CARACTERÍSTICAS QUALITATIVAS DA INFORMAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA A SER DIVULGADA PELA EMPRESA AO MERCADO

As empresas que objetivam captar recursos em algum mercado específico precisam

disponibilizar informações que retratem sua situação econômico-financeira de alguns períodos, servindo como parâmetro de avaliação às potenciais fontes de recursos desse mercado (investidores, bancos, credores em geral, etc.), de seu desempenho empresarial passado, presente e futuro.

Quando se fala em características da informação econômico-financeira, faz-se referência às qualidades que ela possui para que seja útil, não só do ponto de vista dos usuários internos, como também em relação à tomada de decisões dos usuários externos (principalmente os investidores).

Os usuários são diferentes em sua natureza. Alguns mais aperfeiçoados podem exigir informações mais complexas do que outros, mas certamente todos desejam informações oportunas em tempo hábil.

As informações econômico-financeiras devem possuir um alto nível de compreensibilidade para facilitar a sua análise e interpretação por parte dos usuários que a utilizam, as quais estão relacionadas à sua natureza. A sua utilidade para a tomada de decisões está subordinada à relevância e confiabilidade, bem como à sua comparabilidade e consistência, sem deixar de considerar que seus benefícios devem ser superiores ao seu custo de elaboração e divulgação.

A informação poderá propiciar aos seus usuários condições apropriadas para avaliação de situações passadas, presentes e futuras relativas à entidade, quer elas sejam internas ou externas, de acordo com as seguintes características qualitativas da informação,

conforme HENDRIKSEN & BREDA (1999: 96-103):

- **Relevância:** a informação contábil é completa quando ela tiver condições de:  
*“...fazer diferença numa decisão, ajudando os usuários a fazer previsões sobre eventos passados, presentes e futuros, ou confirmar ou corrigir expectativas anteriores.”;*
- **Confiabilidade:** quer dizer que a informação contábil:  
*“...é função de fidelidade de representação, verificabilidade e neutralidade.”;*
- **Comparabilidade:** permite aos usuários identificar semelhanças e diferenças entre dois conjuntos de fenômenos econômicos, as quais dependem da uniformidade e da consistência;
- **Materialidade:** a informação contábil encontra limite para sua divulgação quando o seu conhecimento for importante para os usuários das demonstrações contábeis, ou seja, for considerada material, de forma que a análise de uma pessoa seja alterada ou influenciada pela sua inclusão.

Normalmente as demonstrações contábeis são divulgadas para que o mercado possa tomar conhecimento da situação econômico-financeira de uma empresa. No mercado, de uma forma geral, são destacados os acionistas (investidores) e os credores, os quais tomam decisões de investimentos e concessões de créditos.

Recentemente algumas empresas dos Estados Unidos como a Enron, WorldCom e Xerox se envolveram em escândalos contábeis notáveis que tiveram repercussão direta nos principais mercados de capitais do mundo. Cerca de US\$ 1,2 bilhão em capital de acionistas evaporaram da Enron, mais de US\$ 3,8 bilhões

em gastos foram apagados dos livros contábeis da WorldCom e US\$ 2 bilhões em receita desapareceram da Xerox. Tais fatos colocaram em xeque os processos de elaboração e divulgação das informações contábeis dessas e de outras empresas ao redor do mundo. Isso pelo simples fato de essas empresas não seguirem as características qualitativas da informação econômico-financeira a serem divulgadas com ética ao mercado de capitais.

Vale ressaltar também que o interesse público em informações confiáveis e relevantes foi deixado de lado nos casos das empresas citadas, retratando falhas nos processos atuais da auditoria na hora de detectar fraudes.

Todos esses acontecimentos de fraudes contábeis nos Estados Unidos, mas especificamente o primeiro da empresa Enron, chamaram a atenção dos executivos que participaram do Fórum Econômico Mundial em Nova York, realizado em meados de fevereiro de 2002, que pediram a implantação de normas contábeis globais rígidas e de alto nível, emitidas pela **International Accounting Standards Board – IASB** (Junta de Normas Internacionais de Contabilidade), com sede em Londres, para evitar outros colapsos contábeis no mercado de capitais internacional.

### 3. DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS – DOAR

No Brasil, antes do advento da Lei Nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), a DOAR era conhecida por Demonstração de Fontes e Usos de Fundos ou simplesmente por Demonstração de Fluxo de Fundos ou, ainda, por Demonstração das Modificações na Posição Financeira.

A DOAR tem a finalidade de evidenciar a situação financeira da empresa por meio das variações ocorridas no Capital Circulante

Líquido-CCL de um período para outro, bem como suas Origens e Aplicações de Recursos. Ela apresenta de forma ordenada e sumariada, principalmente, as informações relativas às

operações de financiamentos e investimentos da empresa durante o exercício e evidencia as alterações na posição financeira da empresa, como demonstra o quadro abaixo:

**Quadro 1.** Capital Circulante Líquido - CCL

Item	CCL Positivo	CCL Negativo	CCL Nulo
CCL	Ativo Circulante > Passivo Circulante	Ativo Circulante < Passivo Circulante	Ativo Circulante = Passivo Circulante

Numa abordagem gerencial, o CCL é utilizado pelos gestores para avaliar uma possível necessidade de capital de giro e a posição financeira de curto prazo da empresa. As variações no CCL ocorrem por influência dos itens Não Circulantes, ou seja, se houver operações envolvendo unicamente contas do Circulante, o CCL não se altera, bem como se as operações ocorrerem apenas entre itens Não Circulantes.

### 3.1. CARACTERÍSTICAS E INFORMAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS DA DOAR

A DOAR é uma demonstração contábil muito útil para informar as modificações na posição financeira da empresa, fornecendo dados que não constam nas demais demonstrações tornando-se, assim, complementar ao Balanço Patrimonial e à Demonstração do Resultado do Exercício, possibilitando conhecer:

- a política de inversões permanentes da empresa e fontes dos recursos correspondentes;
- os recursos gerados pelas operações próprias, ou seja, o lucro líquido ajustado na visão financeira;
- a forma de aplicação dos recursos obtidos com os novos empréstimos de longo prazo;
- a evolução do capital circulante líquido;

- a política de pagamento de dividendos da empresa.

### 3.2. PERSPECTIVA DE SUBSTITUIÇÃO DA DOAR NO BRASIL

No Brasil, propõe-se, no Anteprojeto Nº 3.741/00 que objetiva reformular a Lei Nº 6.404/76, a substituição da DOAR pela DFC, apesar de ela ser um relatório de grande riqueza em informações, o que é reconhecido pelo próprio Anteprojeto.

Observa-se, porém, que as companhias abertas brasileiras ainda estão adotando a DOAR como demonstração das mutações em sua posição financeira. O quadro a seguir apresenta algumas companhias abertas por segmento econômico que divulgaram a DOAR dos exercícios de 2000 e 2001.

### 3.3. UTILIZAÇÃO GERENCIAL DA DOAR - ESTUDO DE CASO DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

A Companhia Paranaense de Energia - COPEL é uma sociedade de economia mista, de capital aberto, controlada pelo Governo do Estado do Paraná. Suas atividades principais caracterizam-se pela distribuição e comercialização de energia, em qualquer de suas formas, principalmente a elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência

Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

Adicionalmente, a COPEL mantém ações que são negociadas na Bolsa de Valores de Nova York sob a forma de **American Depositary Receipts – ADR** (Recibos de Depósitos Americanos) e suas demonstrações contábeis dos exercícios de 2001 e 2000 foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis emanadas pela legislação societária, conjugadas

com a legislação específica da ANEEL e instruções da Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Tais demonstrações contábeis foram auditadas pela empresa Arthur Andersen S/C, com parecer dos auditores independentes, datado de 22 de março de 2002, apresentado sem nenhum tipo de ressalva.

Tomando por exemplo a DOAR da COPEL referente aos exercícios de 2001 e 2000, analisamos sua situação financeira.

**Quadro 2.** Divulgação da DOAR por Algumas Companhias Abertas

Companhias Abertas	Segmento Econômico	CCL Em Milhares de R\$		Empresa Responsável pela Auditoria	Edição do Jornal Gazeta Mercantil
		2001	2000		
AMBEV	Bebidas	1.284.923	508.920	PriceWaterHouse Coopers	4 de março de 2002
BANCO DO BRASIL	Instituição Financeira	2.760.521	(87.330)	PriceWaterHouse Coopers	27 de fevereiro de 2002
BRADESCO	Instituição Financeira	1.744.134	514.324	KPMG	6 de fevereiro de 2002
COPEL	Energia Elétrica	(229.508)	100.198	Arthur Andersen	2 de abril de 2002
COSIPA	Siderurgia – Aço	(773.084)	307.354	PriceWaterHouse Coopers	5, 6 e 7 de abril de 2002
CVRD	Minério e Outros	927	314	PriceWaterHouse Coopers	17 de abril de 2002
ELETROBRÁS	Energia Elétrica	(1.096.002)	1.170.663	PriceWaterHouse Coopers	18 de abril de 2002
EMBRAER	Aviação	634.636	917.047	Arthur Andersen	27 de março de 2002
SUZANO	Papel e Celulose	(589.572)	599.074	KPMG	27 de março de 2002
UNIBANCO	Instituição Financeira	464.848	16.166	Delloitte Touche Tohmatsu	22, 23 e 24 de fevereiro de 2002
USIMINAS	Siderurgia – Aço	(760.883)	462.843	PriceWaterHouse Coopers	2 de abril de 2002

Fonte: GAZETA MERCANTIL. *Demonstrações contábeis*. Cadernos A e C.

**Quadro 3.** DOAR da COPEL (Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

Itens da DOAR	2001	2000
<b>Origens</b>		
<b>Das operações:</b>		
Lucro líquido do exercício	475.310	430.603
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante líquido:		
Depreciação e amortização	132.536	261.490
Variações monetárias de longo prazo líquidas	84.667	18.509
Equivalência patrimonial	(278.996)	(2.485)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(16.042)	(24.593)
Provisões no exigível a longo prazo	60.628	92.138
Baixas de permanentes e outros ativos	14.563	36.697
Diferimento de custos tarifários	(84.670)	-
Ganho na alienação de investimentos – Machadinho Energética S.A.	(5.160)	-
Outras	4.659	-
	<b>387.495</b>	<b>812.359</b>
<b>De terceiros:</b>		
Empréstimos e financiamentos	63.929	62.165
Contribuições do consumidor	13.550	40.048
Resgate de depósitos judiciais	7.113	-
Alienação de investimentos – Machadinho Energética S.A.	22.830	-
Dividendos a receber	37.130	-
Realizáveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Repasso da CRC ao Governo do Estado do Paraná	6.247	11.137
Coligadas e controladas	8.691	-
Outros ativos	1.998	11.179
	<b>161.488</b>	<b>124.529</b>
<b>Total de Origens</b>	<b>548.983</b>	<b>936.888</b>
<b>Aplicações</b>		
No realizável a longo prazo:		
Contratos de mútuo	38.431	19.136
ICMS a recuperar	5.938	-
Depósitos judiciais	4.607	4.554
Efeitos da versão do patrimônio às subsidiárias integrais	60.960	-
Controladas e coligadas	171.291	-
Em investimentos – líquidas dos bens destinados a uso futuro e alienações	36.347	27.495
No imobilizado – líquidas das provisões ativadas	176.952	382.233
Exigíveis a longo prazo transferidos para o circulante:		
Empréstimos e financiamentos	69.038	130.715
Entidades de previdência privada	22.768	15.748
Tributos, contribuições sociais e outras contas a pagar	15.504	56.725
Contingências judiciais – líquidas dos depósitos	-	25.013
Consumidores – pré-venda de energia	6.655	15.071
Acionistas – remuneração do capital próprio	170.000	160.000
<b>Total das Aplicações</b>	<b>778.491</b>	<b>836.690</b>
<b>Aumento (Redução) do Capital Circulante Líquido</b>	<b>(229.508)</b>	<b>100.198</b>

Fonte: GAZETA MERCANTIL. *Demonstrações contábeis da COPEL*. Edição de 2 de Abril de 2002, Páginas A-13 a A-22.

O período histórico da DOAR de 2000 a 2001 indicou que a geração de recursos por meio de suas próprias operações (lucro ajustado com as operações econômicas) de R\$ 812.359 milhões, em 2000, foi suficiente para realizar as aplicações necessárias que chegaram a perfazer um valor total de R\$ 836.690 milhões, em que a diferença foi suprida pela obtenção de capital de terceiros de longo prazo, o que não aconteceu em 2001, pois a empresa apresentou um montante total de recursos gerados por suas próprias operações de R\$ 387.495, contra cerca de R\$ 778.491 milhões de aplicações, fato que a levou a captar recursos junto a terceiros da ordem de R\$ 390.996 milhões, classificados no passivo de curto e longo prazos.

Vale ressaltar que a COPEL obteve em 2001 um excesso de aplicações de recursos que

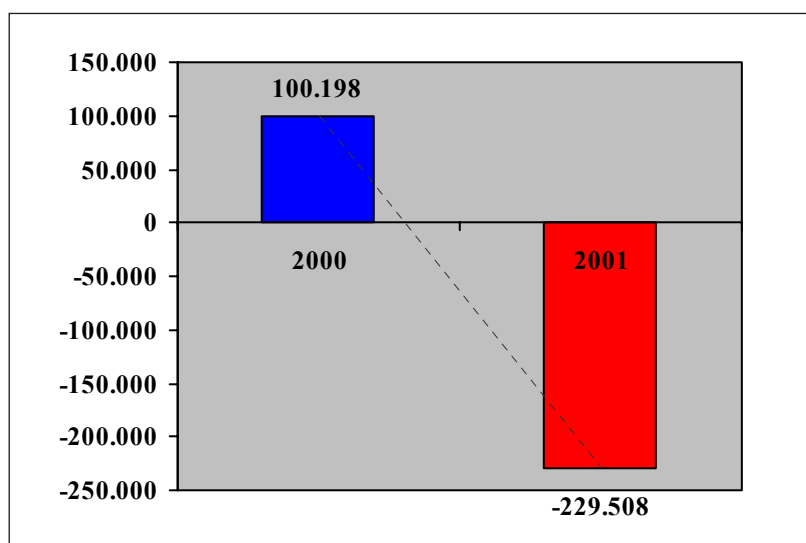
chegou a perfazer um montante total de R\$ 229.508 milhões, que está centralizado no ativo realizável de longo prazo e ativo permanente.

Por outro lado, o CCL da COPEL apresentou uma queda de 2000 para 2001 como mostra o quadro abaixo:

Para uma melhor avaliação sobre uma possível necessidade de capital de giro, precisaríamos obter informações sobre os prazos de recebimentos e pagamentos dos ativos e passivos de curto prazo da COPEL. Porém, pelo quadro acima podemos destacar que a COPEL apresentou uma queda em sua posição financeira de curto prazo, pois seu CCL foi negativo em R\$ 229.508 milhões, em 2001, evidenciando no período de 2000 a 2001 uma variação negativa de R\$ 329.706 milhões. O gráfico abaixo evidencia a involução do CCL de forma mais clara:

**Quadro 4.** Variações no CCL da COPEL de 2000 para 2001 - (Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

Indicadores	2000	2001	Varição
CCL	100.198	-229.508	-329.706
Posição Financeira de Curto Prazo Negativa (CCL Negativo)	-	-229.508	-229.508
Possível Necessidade de Capital de Giro (CCL Negativo)	-	-229.508	-229.508



**Gráfico 1.** Involução do CCL de 2000 para 2001 – Em Milhares de Reais (R\$)

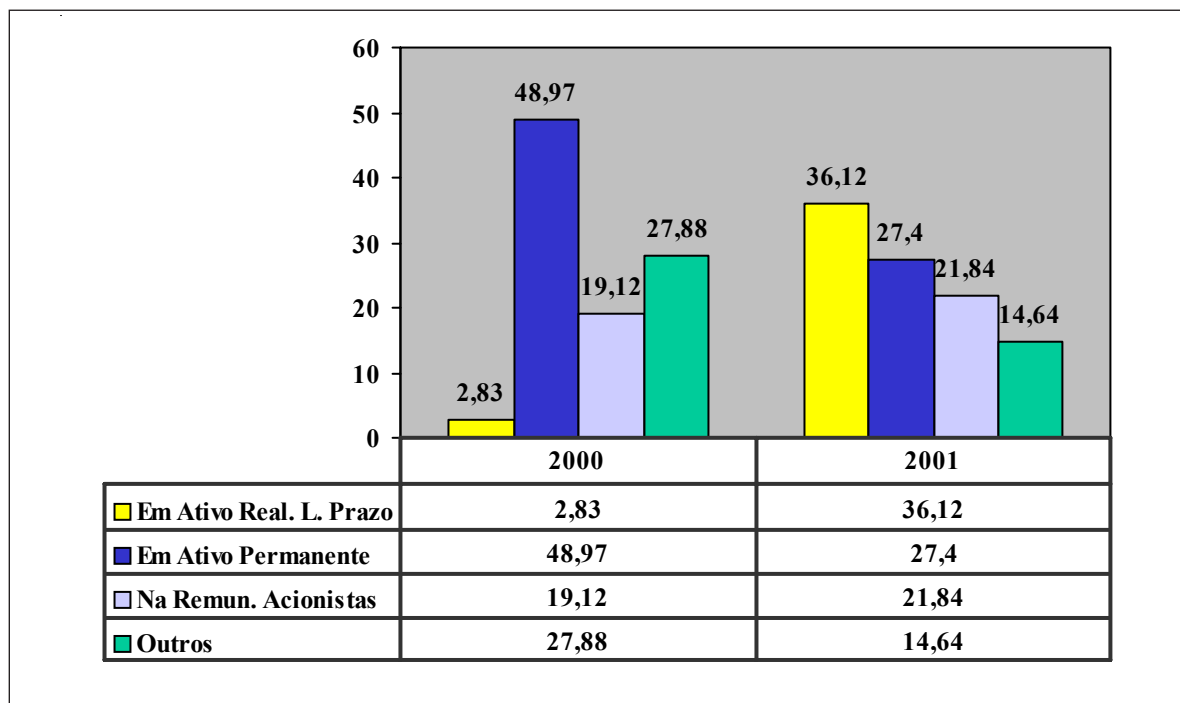
Em 2001, a política de investimentos da COPEL centralizou-se em ativos realizáveis de longo prazo, que chegou a evidenciar uma participação de 36,12% no total de aplicações de recursos contra 27,40% em capital fixo. Já em 2000, verificamos que apenas 2,83% foram investidos em ativos realizáveis de longo prazo contra 48,97% aplicados em ativos permanentes.

Na verdade, houve uma inversão na política de investimentos da COPEL de 2000 para 2001, como apresenta o quadro a seguir:

Adicionalmente, evidenciamos a seguir o gráfico 2 que mostra a Política de Investimentos de Recursos da COPEL para os exercícios de 2000 e 2001:

**Quadro 5.** Política de Investimentos da COPEL nos Anos Findos em 2000 e 2001 - (Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

Aplicações de Recursos	2000		2001		Variação	
	R\$	%	R\$	%	R\$	%
Em Ativos Realizáveis de Longo Prazo	23.690	2,83%	281.227	36,12%	+257.537	+1.087,11%
Em Ativos Permanentes	409.728	48,9%	213.299	27,40%	-196.429	-47,94%
Na Remuneração de Acionistas	160.000	19,12%	170.000	21,84%	+10.000	+6,25%
Outros	233.272	27,88%	113.965	14,64%	-119.307	-51,15%
<b>Total de Aplicações de Recursos</b>	<b>836.690</b>	<b>100%</b>	<b>778.491</b>	<b>100%</b>	<b>-58.199</b>	<b>-6,96%</b>



**Gráfico 2.** Política de Investimentos de Recursos da COPEL para os Anos de 2000 e 2001 – Em %

O crescimento das aplicações de recursos em ativos realizáveis de longo prazo é explicado pela evolução dos contratos de mútuo, ICMS a Recuperar, efeitos da versão do patrimônio às subsidiárias integrais e controladas e coligadas, no período de 2000 a 2001.

### 3.4. PERSPECTIVA INTERNACIONAL SOBRE A DOAR

A DOAR não é exclusividade do Brasil. Vários países a utilizam ou já a utilizaram como relatório de informação sobre a variação na posição financeira das empresas. Até 1987, nos Estados Unidos, as empresas eram obrigadas a elaborar e divulgar a Demonstração das Mutações na Posição Financeira, a qual tinha como objetivo demonstrar o fluxo dos capitais, o que era, na maioria das empresas, entendido como o Capital de Giro Líquido, semelhante ao CCL da DOAR no Brasil.

A definição do que constituía capitais era deixada ao entendimento da administração da empresa. Algumas definiam apenas caixa como capitais, significando que a Demonstração das Mutações na Posição Financeira teria produzido os mesmos resultados que uma DFC. Porém, outras empresas definiam capitais de forma mais abrangente, que era o capital de giro, significando o valor líquido entre seus recursos correntes menos suas obrigações correntes. Este grupo de ativo e passivo ainda é visto com grande relevância, pois é usado nas operações diárias das empresas.

A habilidade para manter uma quantia suficiente de capital de giro é importante para a saúde de uma empresa. Assim, a Demonstração das Mutações na Posição Financeira era uma ferramenta útil para entender a capacidade da entidade em gerar e usar capital de giro. Mas os usuários norte-americanos de demonstrações contábeis em períodos anteriores a 1988 tinham que tomar cuidado na interpretação dessas demonstrações, por causa das definições diferentes que eram usadas para o termo capitais.

**A Financial Accounting Standards Board – FASB** (Junta de Normas de Contabilidade Financeira), órgão contábil do setor privado dos Estados Unidos, decidiu padronizar a apresentação das informações financeiras das empresas e exigiu, por meio do **Statement of Financial Accounting Standard-SFAS Nº 95** (Pronunciamento sobre Norma de Contabilidade Financeira Nº 95), que todas as empresas apresentassem a Demonstração dos Fluxos de Caixa – **Statement of Cash Flows**.

Segundo DELANEY & Outros (1999: 85):

*“A FASB emitiu o SFAS Nº 95 intitulado Demonstração dos Fluxos de Caixa, substituindo o Accounting Principles Board -APB Nº 19 e estabelecendo padrões para relatórios de fluxo de caixa com efeitos para os exercícios encerrados a partir de 15 de julho de 1988.”*

### 4. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - DFC

Para suprir as necessidades e obter uma demonstração contábil de fácil entendimento, a FASB emitiu em 1987 o SFAS Nº 95, estabelecendo normas de relatórios de fluxos de caixa, para os exercícios encerrados após 15 de julho de 1988. Essa determinação ocorreu em razão de as empresas norte-americanas terem definições divergentes quanto à demonstração anterior denominada Demonstração das Mutações da Posição Financeira, no que tange ao que se considerava capital.

A diferença fundamental entre a DOAR e a DFC é que a DOAR é elaborada com base no conceito de capital circulante líquido, dentro do regime de competência, apresentando a disponibilidade de médio prazo da empresa, e a DFC baseia-se no conceito de disponibilidade imediata, dentro do regime de caixa (recebimentos/pagamentos), demonstrando assim o caráter de complementaridade entre elas, sendo esta a opinião de PADOVEZE (1997: 66).

O objetivo da DFC é facilitar a compreensão da performance financeira, da estabilidade e da perspectiva de liquidez das empresas, que é a preocupação comum dos usuários, como relata o Instituto dos Auditores Independentes do Brasil - IBRACON (1997: 87):

*“Ela é mais fácil de ser assimilada pelos usuários não muito afeitos à técnica contábil, enquanto que a DOAR tem uma apresentação mais próxima para os administradores com maior grau de conhecimento da ciência contábil.”*

Verifica-se que nem todos os países exigem a apresentação de uma demonstração dos fluxos de caixa. A regulamentação da DFC já ocorreu em alguns países, como Canadá, Nova Zelândia, África do Sul e Reino Unido, além de ser exigida e regulamentada por uma **International Accounting Standard – IAS** (Norma Internacional de Contabilidade), conforme pronunciamento emitido pela IASB, em outubro de 1992, mais conhecido como IAS N° 7 (Demonstração dos Fluxos de Caixa). A IAS N° 7 orientou os países filiados da IASB para que a DFC fosse aplicada às demonstrações contábeis referentes a períodos que tivessem início em 1° de janeiro de 1994.

De acordo com a IAS N° 7:

*“Uma demonstração dos fluxos de caixa, quando usada em conjunto com as demais demonstrações contábeis, proporciona informações que habilitam os usuários a avaliar as mudanças nos ativos líquidos de uma empresa, sua estrutura financeira, e sua habilidade para afetar as importâncias e prazos dos fluxos de caixa, a fim de adaptá-los às mudanças nas circunstâncias e às oportunidades.”*

A IAS N° 7 requer a apresentação da DFC, baseando-se em que os usuários das demonstrações contábeis de uma empresa estão interessados em conhecer como a empresa gera e usa os recursos de caixa e os valores equivalentes de caixa. As empresas necessitam de caixa essencialmente pelas mesmas razões,

por mais diferentes que sejam as suas principais atividades geradoras de receita. Elas precisam dos recursos de caixa para efetuar suas operações, pagar suas obrigações e prover um retorno para seus investidores.

No Brasil, o Parecer de Orientação da Comissão de Valores Mobiliários-CVM de N° 24 de 1992, em seu Item 4, que trata dos avanços na qualidade da informação e divulgação das demonstrações contábeis, determina que:

*“Algumas empresas têm demonstrado interesse ou desenvolvido trabalhos no sentido de levar ao seu usuário uma informação de melhor qualidade, através do aperfeiçoamento dos seus relatórios ou de informações mais completas.*

*A CVM apóia e estimula estas iniciativas. São exemplos de formas de enriquecimento da informação levada ao público:*

*Demonstrações complementares, como:*

- a) Fluxo de caixa; e*
- b) Valor Adicionado.”*

A CVM é o órgão fiscalizador do mercado de capitais no Brasil. Sua orientação vem sendo praticada por poucas companhias abertas, apesar de a DFC já estar inserida no contexto de demonstração contábil obrigatória, do Anteprojeto de Reformulação da Lei N° 6.404/76. O artigo 188 inciso I trata da DFC, como segue:

*“Art. 188 As demonstrações referidas nos incisos IV e V do artigo 176 indicarão, no mínimo:*

- l) a demonstração dos fluxos de caixa - as alterações ocorridas no exercício no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos de operações, dos financiamentos e dos investimentos.”*

#### 4.1. MÉTODOS DE APRESENTAÇÃO DA DFC

De acordo com a IAS N° 7, uma DFC deve conter os valores de caixa (numerários em mãos

e depósitos bancários disponíveis) e equivalentes a caixa (investimentos a curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em valores conhecidos de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor). Os valores equivalentes a caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos financeiros de curto prazo e não para investimento ou outros fins. Por outro lado, um investimento normalmente se qualifica como equivalente a caixa quando o seu vencimento, por exemplo, for de até três meses, a contar da data da aquisição. Os investimentos em ações de outras empresas são excluídos dos equivalentes de caixa, a não ser que sejam em sua essência, como por exemplo no caso de ações preferenciais adquiridas dentro de um curto período de seu resgate e com uma data específica.

A empresa apresenta seus fluxos de caixa decorrentes de suas atividades operacionais, de investimentos e financiamentos, do modo que seja o mais apropriado a seus negócios. A classificação por atividade proporciona informações que permitem aos usuários avaliar o impacto de tais atividades sobre a posição financeira da empresa e o montante de caixa e equivalentes de caixa. Estas informações podem também ser usadas para avaliar a relação entre tais atividades.

Uma única transação poderá incluir fluxos de caixa que são classificados diferentemente. Por exemplo, quando o desembolso de caixa para pagamento de um empréstimo inclui tanto juros como principal, o elemento juros pode ser classificado como atividade operacional e o principal classificado como atividade de financiamento.

#### 4.1.1 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

O montante dos fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais é o principal indicador da extensão em que as operações da empresa têm gerado suficientes recursos de caixa para amortizar os empréstimos, manter a capacidade

operacional da empresa, pagar dividendos e fazer novos investimentos sem recorrer a fontes externas de financiamentos. As informações sobre os componentes específicos dos fluxos de caixa operacionais históricos são úteis, em conjunto com outras informações na projeção de futuros fluxos de caixa operacionais.

Os fluxos de caixa decorrentes das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da empresa.

Exemplos de fluxos de caixa que decorrem das atividades operacionais:

- a) recebimentos em dinheiro pela venda de mercadorias e a prestação de serviços;
- b) recebimentos em dinheiro decorrentes de *royalties*, honorários, comissões e outras receitas;
- c) pagamentos em dinheiro a empregados ou por conta de empregados;
- d) pagamentos em dinheiro a fornecedores por mercadorias e serviços;
- e) recebimentos e pagamentos em dinheiro de uma seguradora por prêmios e sinistros, anuidades e outros benefícios da apólice;
- f) pagamentos em dinheiro ou restituição de impostos, a menos que possam ser especificamente identificados com as atividades de financiamentos ou investimentos;
- g) recebimentos e pagamentos em dinheiro com referência a contratos de intermediação ou para transações próprias de venda.

Existem dois métodos reconhecidos internacionalmente para reportar os fluxos de caixa das atividades operacionais:

1. **Método Direto:** são demonstrados os recebimentos e pagamentos, derivados das atividades operacionais, e é elaborado a partir da movimentação do

caixa e equivalentes de caixa (fluxo de caixa tradicional);

2. **Método Indireto:** é aquele no qual os recursos provenientes das atividades operacionais são demonstrados a partir do lucro líquido, ajustado pelos itens econômicos considerados nas contas de resultado que não afetaram o caixa da empresa. É amplamente usado pela maioria das apresentações dos fluxos de caixa das atividades operacionais, principalmente por ser mais fácil de preparar (utilizado internacionalmente).

No método indireto, o fluxo de caixa das atividades operacionais é determinado ajustando-se o lucro ou prejuízo quanto aos efeitos de:

- a) mudanças operacionais ocorridas no período nos estoques e nas contas a receber e pagar;
- b) itens que não afetam o caixa, tais como, depreciação, provisões, impostos diferidos, lucros ou prejuízos cambiais não realizados, lucros não distribuídos a acionistas e interesses minoritários;
- c) todos os outros itens cujos efeitos sobre o caixa são fluxos das atividades de investimentos ou financiamentos.

Para DELANEY & Outros (1999: 85):

*“A maior desvantagem do método indireto envolve a dificuldade dos usuários em compreender a informação apresentada”.*

As dificuldades que alguns usuários têm em compreender o método indireto podem comparar-se com as dos usuários da DOAR, resultado da grande semelhança que esse método tem com a DOAR.

De acordo com WHITE, SONDEH & FRIED (1997: 90):

*“Demonstrações de fluxo de caixa preparadas usando o método indireto têm uma desvantagem significativa. Por causa do formato indireto, não é possível comparar entradas e saídas de caixa operacional com as atividades de receita e despesa que as geraram, como o é com as demonstrações de fluxo de caixa preparadas usando o método direto”.*

Quando a DFC foi instituída nos Estados Unidos pelo SFAS N° 95, houve uma redução muito grande no número de usuários que liam a DRE, e o número de leitores da DFC não teve um aumento tão expressivo em relação àqueles que liam a DOAR.

O quadro abaixo apresenta o resultado de uma pesquisa realizada nos Estados Unidos, por EPSTEIN & PAVA *apud* AFONSO (1999: 53), que objetivou identificar a quantidade de usuários que utilizava cada uma das principais demonstrações contábeis regulamentadas em tal país.

**Quadro 6.** Usuários das Informações das Demonstrações Contábeis Norte-Americanas.

Demonstrações Contábeis	Percentual (%) de Respostas de Usuários que Utilizam as Demonstrações Contábeis como Fonte de Leitura	
	1973 (Antes do SFAS N° 95)	1991 (Após o SFAS N° 95)
Demonstração do Resultado do Exercício - DRE	71,8%	60,5%
Balanço Patrimonial	55,3%	59,5%
Demonstração dos Fluxos de Caixa	-	51,8%
Demonstração das Origens e Aplicações Recursos	45,9%	-

Dessa forma, podemos identificar que a DFC veio atender muito mais a carência informativa dos usuários da DRE do que os da DOAR.

De acordo com RADEBAUGH & GRAY (1997: 696):

*“A demonstração dos fluxos de caixa é relativamente nova para publicação e é considerada uma inovação em muitos países; ela está sendo rapidamente aceita como uma demonstração contábil essencial e primária. Nesse sentido, está crescendo a pressão da Organização das Nações Unidas - ONU, da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico - OECD e da IASB para a sua publicação”.*

#### 4.2. PERSPECTIVA INTERNACIONAL SOBRE A DFC

A regulamentação da DFC é influenciada por variáveis, tais como: evolução histórica, falta de consenso nos objetivos para a regulamentação, diferenças ambientais e políticas. Baseados em estudos realizados por RADEBAUGH & GRAY (1997), no Canadá, por exemplo, os pronunciamentos sobre fluxos de caixa não definem o que é caixa, mas indicam que caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa propriamente dito, os investimentos temporários e, em alguns casos, outros elementos do capital de giro. Eles exigem que os componentes de caixa e equivalentes de caixa sejam explicitados em notas explicativas.

**Quadro 7.** Divulgação da DFC dos Exercícios de 2000 e 2001.

Companhias Abertas	Segmento Econômico	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais Em Milhares de R\$		Empresa Responsável pela Auditoria	Edição do Jornal Gazeta Mercantil
		2001	2000		
AMBEV	Bebidas	1.481.506	1.312.637	PriceWaterHouse Coopers	4 de março de 2002
BANCO DO BRASIL	Instituição Financeira	(3.265.633)	(9.032.407)	PriceWaterHouse Coopers	27 de fevereiro de 2002
BRADESCO	Instituição Financeira	(7.001.931)	(8.535.575)	KPMG	6 de fevereiro de 2002
COPEL	Energia Elétrica, Outros	563.002	668.098**	Arthur Andersen	2 de abril de 2002
CVRD	Minério e Outros	4.331	4.102	PriceWaterHouse Coopers	17 de abril de 2002
EMBRAER	Aviação	(126.365)	2.064.787	Arthur Andersen	27 de março de 2002
SUZANO*	Papel e Celulose	226.542	275.965	KPMG	27 de março de 2002
USIMINAS	Siderurgia – Aço	726.641	1.023.585	PriceWaterHouse Coopers	2 de abril de 2002

Fonte: GAZETA MERCANTIL. *Demonstrações contábeis*. Cadernos A e C.

Nota\*: A DFC divulgada foi a da Controladora.

Nota\*\*: Valor do Caixa Operacional da Controladora.

Na Nova Zelândia, o caixa é definido como moeda, depósitos à vista e outros investimentos com alto grau de liquidez, nos quais as empresas aplicam parte de suas disponibilidades diárias. Podem estar incluídos títulos públicos, reservas bancárias e outros equivalentes similares que podem ser convertidos em moeda num prazo não superior a dois dias úteis, e que são usados na administração do caixa diário da empresa.

Na África do Sul, o caixa é definido como moeda em mãos e em bancos, e equivalentes de caixa como instrumentos de mercados monetários. Não existe prazo de vencimento ou exigência de divulgação dos componentes de caixa e equivalentes de caixa.

No Reino Unido, o caixa é o numerário disponível e depósitos à vista em bancos, menos saque a descoberto, que inclui moedas e depósitos estrangeiros. Os títulos do tesouro devem ser explicitados em um novo item na demonstração denominada administração de recursos líquidos. Neste item entram os derivativos mantidos como recursos líquidos, as participações acionárias altamente líquidas e os instrumentos de débitos de outras empresas

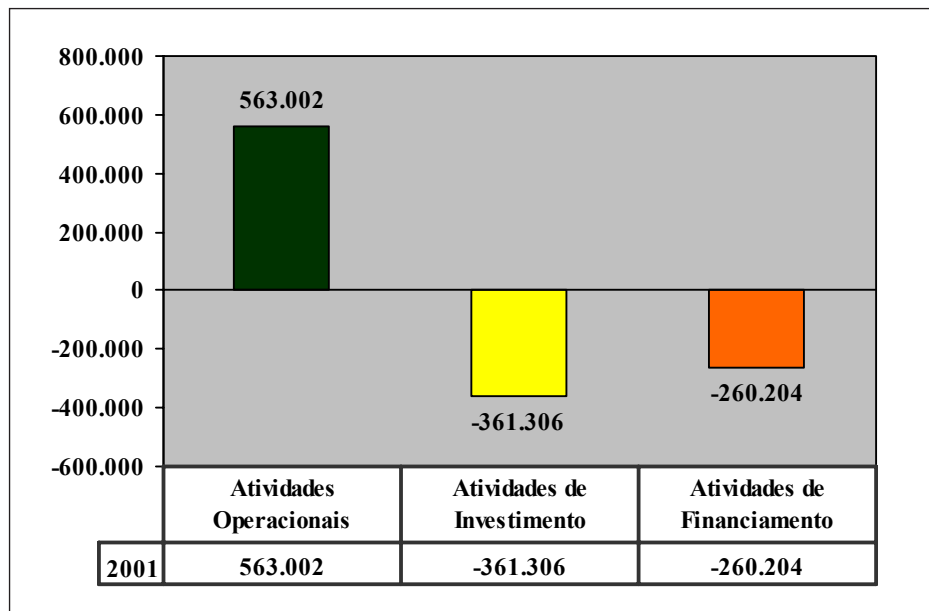
mantidos como ativos. Não há o conceito de equivalente de caixa, tendo em vista que as diferenças nos arranjos institucionais geram dificuldades para unificar o conceito de equivalente.

No Brasil, existem companhias abertas que já divulgam de forma espontânea a DFC pelo método indireto como informação adicional às demonstrações contábeis. Apresentamos o quadro abaixo evidenciando algumas dessas companhias:

As companhias abertas citadas divulgaram a DFC no Relatório da Administração ou em Notas Explicativas.

#### 4.3. UTILIZAÇÃO GERENCIAL DA DFC – ESTUDO DE CASO DA COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA - COPEL

A COPEL já foi caracterizada anteriormente no estudo de caso de utilização gerencial da DOAR. Abordamos alguns aspectos gerenciais sobre a utilização de informações financeiras da DFC consolidada da COPEL do exercício de 2001.



**Gráfico 3.** Fluxos de Caixa Gerados Pelas Atividades Operacionais, de Investimento e Financiamento no Exercício de 2001 – Em Milhares de Reais (R\$)

**Quadro 8.** DFC da COPEL para o Exercício de 2001 - (Valores Expressos em Milhares de Reais-R\$)

<b>Itens da DFC</b>	<b>2001 – Consolidado</b>
<b>ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>475.310</b>
<b>Despesas (receitas) que não afetam o caixa:</b>	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7.177
Depreciação e amortização	284.466
Variações monetárias de longo prazo	43.359
Equivalência patrimonial	(41.165)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.018
Provisões no exigível a longo prazo	71.540
Baixas de depósitos judiciais e outros realizáveis	5.754
Baixas de investimentos	15.258
Baixas do imobilizado em serviço	14.916
Diferimento de custos tarifários	(212.077)
Ganho na alienação de investimentos – Machadinho Energética S.A.	(5.160)
	<b>188.086</b>
<b>Variações no ativo circulante:</b>	
Consumidores e revendedores	(146.475)
Outras contas a receber	(5.653)
Serviços em curso	(4.577)
Repasse CRC ao Governo do Estado do Paraná	(11.888)
Antecipação de ICMS	-
Tributos e contribuições sociais a compensar	9.978
Almoxarifado	(4.371)
Diferimento de custos tarifários	(90.890)
Pagamentos antecipados e outros créditos a receber	14.812
	<b>(239.064)</b>
<b>Variações no passivo circulante:</b>	
Fornecedores	185.862
Tributos e contribuições sociais	119.403
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	5.748
Taxas regulamentares	(14.981)
Entidade de previdência privada	(66.122)
Outras contas a pagar	(18.894)
	<b>211.016</b>
<b>Aplicações do realizável a longo prazo:</b>	
Parcelamento de débitos de Prefeituras	(25.598)
Contratos de mútuo	(24.765)
ICMS a recuperar	(12.585)
Depósitos judiciais	(9.398)
	<b>(72.346)</b>
<b>Total das Atividades Operacionais</b>	<b>563.002</b>

<b>ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	
Participações societárias – Dona Francisca Energética S.A.	(1.309)
Participações societárias – Foz do Chopim Energética S.A.	(2.504)
Participações societárias – UEG Araucária Ltda.	(53.096)
Participações societárias – Campos Novos Energia S.A.	(9.725)
Participações societárias – outras coligadas	(630)
Aplicações em investimentos – adiantamentos para futuros aportes de capital	(23.810)
Aplicações em investimentos – Machadinho Energética S.A.	22.830
Recebimento de dividendos	7.425
Aplicações no imobilizado – usina de Salto Caxias	(27.436)
Aplicações no imobilizado – usina de Segredo	-
Aplicações no imobilizado – outras obras de geração	(27.202)
Aplicações no imobilizado – obras de transmissão	(61.889)
Aplicações no imobilizado – obras de distribuição	(189.880)
Aplicações no imobilizado – obras de telecomunicações e instalações gerais	(32.908)
Contribuições do consumidor	31.715
Resgate de depósitos judiciais	7.113
<b>Total das Atividades de Investimentos</b>	<b>(361.306)</b>
<b>ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	
Empréstimos e Financiamentos	(49.520)
Juros sobre capital próprio	(210.684)
<b>Total das Atividades de Financiamentos</b>	<b>(260.204)</b>
<b>TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA</b>	<b>(58.508)</b>
<b>Saldo inicial de caixa</b>	<b>224.086</b>
<b>Saldo final de caixa</b>	<b>165.578</b>
<b>VARIAÇÃO NO CAIXA</b>	<b>(58.508)</b>

Fonte: GAZETA MERCANTIL. *Demonstrações contábeis da COPEL*. Edição de 2 de Abril de 2002, Páginas A-13 a A-22

A DFC consolidada da COPEL do ano de 2001 indicou uma geração de caixa operacional da ordem de R\$ 563.002 milhões, principalmente pelo lucro financeiro apurado de R\$ 663.396 milhões (R\$ 475.310 milhões + R\$ 188.086 milhões). Por outro lado, as atividades de investimento e de financiamento apresentaram uma geração de caixa negativa de R\$ 361.306 e R\$ 260.204 milhões, respectivamente. Dessa forma, pode-se verificar que os efeitos negativos no caixa do exercício de 2001, que chegou a perfazer um valor total de R\$ 58.508 milhões, foram influenciados por essas atividades geradoras de caixa negativo.

Porém, o saldo final de caixa foi de R\$ 165.578 milhões em razão de seu saldo inicial do período que apresentou um montante de R\$ 224.086 milhões. No gráfico 3, mostramos um gráfico gerencial com uma visão geral dos fluxos de caixa gerados.

O caixa negativo gerado pelas atividades de investimentos pode ser explicado pela realização expressiva de investimentos permanentes em outras sociedades, tais como a UEG Araucária Ltda (R\$ 53.096 milhões), como também pelas aplicações de recursos realizadas em imobilizados como, por exemplo, os

investimentos em obras de geração, transmissão e distribuição de energia que chegaram a compor um montante total de R\$ 278.971 milhões.

## 5. VANTAGENS E DESVANTAGENS DA DOAR

Levando-se em consideração a capacidade informativa da DOAR, pode-se afirmar que algumas de suas vantagens são:

- permite conhecer a política da empresa quanto a atividades de financiamentos e investimentos;
- possui um valor preditivo maior que a DFC visto que é mais abrangente, por representar as mudanças na posição financeira em seu todo;
- sua capacidade de geração de informações econômico-financeiras é abrangente.

Algumas desvantagens verificadas são:

- dificuldade de entendimento por parte de alguns usuários da DOAR pode revelar sua inutilidade para eles;
- considerada insatisfatória para as necessidades de informação de alguns analistas financeiros;
- inclui ativos monetários e não monetários, deixando de ser essencialmente financeira.

## 6. VANTAGENS E DESVANTAGENS DA DFC

Por ser uma demonstração contábil relativamente nova e ainda não ser exigida pela legislação societária brasileira, a experiência que se tem sobre ela é reflexo de opiniões de origem internacional.

Alguns autores brasileiros defendem a substituição da DOAR pela DFC, justificando o fato de ser muito mais fácil entender o conceito de fluxo de caixa do que as origens e aplicações de recursos e capital circulante líquido. Essa facilidade é mais importante para o usuário não

familiarizado com a Contabilidade. Assim, a tendência internacional de substituição da DOAR pela DFC vem respaldar a sua adoção no Brasil.

Mas existem dificuldades que devem ser consideradas nessa análise como, por exemplo, o não consenso no conceito de caixa a utilizar, bem como a utilização do método indireto, pouco recomendado por alguns organismos contábeis e possibilidade de manipulação do fluxo de caixa se a empresa atrasar os seus pagamentos e investimentos.

As dificuldades financeiras nascem do descompasso entre as entradas e saídas de caixa, que somente podem ser detectadas pelo minucioso estudo de recentes fluxos de caixa, conjugado com uma análise do CCL.

## CONCLUSÃO

As Demonstrações Contábeis têm como premissa principal informar aos usuários a situação econômico-financeira da empresa. Porém, cada um dos usuários tem interesses e nível de conhecimento diferentes entre si, impondo assim uma dinâmica ao mercado, que faz com que as empresas estejam sempre em sintonia com ele.

Dessa forma, pode-se avaliar que sempre haverá interessados em analisar as mais variadas formas de apresentação da informação contábil que possibilitem uma tomada decisão adequada a respeito do empreendimento.

Com a globalização, as práticas contábeis tendem a se harmonizar internacionalmente com o objetivo de permitir às empresas o ingresso nos mais variados mercados. As demonstrações contábeis, como fonte indispensável de informação, precisam também se adequar à nova realidade econômica por meio das normas internacionais de contabilidade emitidas pela IASB, com o intuito de atender aos diferentes usuários no âmbito nacional e internacional.

Porém, no Brasil, em nossa opinião, a substituição pura e simples da DOAR pela DFC

não se revela como a mais adequada, tendo em vista que ambas atendem a diferentes grupos de usuários. O que defendemos é a manutenção dos dois tipos de demonstrações contábeis: DOAR e DFC.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFONSO, Roberto A.E. *A capacidade informativa da demonstração de origens e aplicações de recursos (DOAR) e da demonstração de fluxos de caixa (DFC)*. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, ano XXVII, Nº 117, p.20-32, maio/junho de 1999.
- BRAGA, Roberto & MARQUES, José A.V.C. *Fundamentos conceituais da demonstração dos fluxos de caixa: significado, vantagens e limitações - algumas evidências*. Cadernos de Estudos, São Paulo: FIECAP, Julho/Dezembro/1996.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Lei Nº 6.404 de 1976 (Lei das sociedades por ações)*. CVM: 1976.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Anteprojeto Nº 3.741/00 de reformulação da Lei Nº 6.404/76*. CVM: 2000.
- COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS. *Parecer de orientação da CVM n.º 24/92 item 4 – Avanços na qualidade da informação e divulgação das demonstrações contábeis*. CVM: 1992.
- CRC/SP & IBRACON. *Contabilidade no contexto internacional*. São Paulo: Atlas, 1997.
- COSTA, Ana Paula Paulino da & SANTOS, Arioaldo dos. *Demonstração dos fluxos de caixa: uma reflexão sobre a prática adotada no Reino Unido*. Revista de Contabilidade de CRC-SP. São Paulo, Ano II Nº 6, p.24-29, novembro/1998.
- DELANEY, Patrick R., EPSTEIN, Barry J. & ADLER, James R. *et al GAAP 99 Interpretation and application*. USA: John Wiley & Sons, Inc., 1011p. Cap. 4: *Statement of Cash Flows*, p. 85-102, 1999.
- EVANS, Thomas G., TAYLOR, Martin E. & HOLZMANN, Oscar. *International accounting & reporting*. 2ª Ed. USA: IPT Company, 1994.
- FINANCIAL ACCOUNTING STANDARDS BOARD - FASB. *Statements of financial accounting concepts*. 1999/2000 Edition, USA: John Wiley & Sons, Inc. 284 p. CON5, *Statement of Cash Flows*.
- FIPECAFI & ARTHUR ANDERSEN. *Normas e práticas contábeis no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1994.
- GAZETA MERCANTIL. *Demonstrações contábeis*. Cadernos A e C, 2002.
- HENDRIKSEN, Eldon S. & VANBREDA, Michael F. *Teoria da contabilidade*. Tradução da 5ª Edição Americana por Antonio Zoratto Sanvicente. São Paulo: Atlas, 1999.
- HOSKIN, Robert E. *Financial accounting: a user perspective*. 2ª ed. USA: John Wiley & Sons, Inc., *Cash Flow Statement*, 1997.
- IBRACON. *Normas internacionais de contabilidade*. São Paulo: IBRACON, 1998.
- IUDÍCIBUS, Sérgio de, MARTINS, Eliseu & GELBCKE, Ernesto R. *Manual de contabilidade das sociedades por ações: aplicável também às demais sociedades*. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2000.
- MARTINS, Eliseu. *Contabilidade versus fluxo de caixa*. Temática Contábil e Balanços. São Paulo: IOB, boletim 32/89, 2º Decêndio-Novembro/1989.
- PADOVEZE, Clóvis Luís. *Contabilidade gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil*. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 1997.
- RADEBAUGH, Lee H. & GRAY, Sidney J. *International accounting and multinational*

*enterprises*. 4<sup>a</sup> ed. USA: John Wiley & Sons, Inc. Cap. 8: *Funds and Cash Flow Statements* Cap. 13: *Statement of Cash Flows*, 1997.

STICKNEY, Clyde P. & WEIL, Roman L. *Financial accounting: an introduction to concepts, methods, and uses*. Eighth Edition. Florida-USA: Harcourt Brace, *Statement of*

*Cash Flows: reporting the effects of operating, investing, and financing activities on cash flows*, 1997.

WHITE, Gerald I., SONDHI, A.C., FRIED, Dov. *The analysis and use of financial statements*. 2<sup>a</sup> Ed. USA: John Wiley, *Analysis of Cash Flows*, 1997.

